

Crise política Presidente chama líder do PL e oferece participação no governo e em futura coligação

FHC procura até inimigo para barrar CPI

Ricardo Amaral
Marcelo de Moraes
De Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso está passando por verdadeiras humilhações políticas, na tentativa de evitar que deputados e senadores assinem o requerimento da CPI da Corrupção. Ele chamou ao Palácio da Alvorada o líder do PL na Câmara, Valdemar Costa Neto (SP), a quem ofereceu futura participação no governo e na coligação do futuro candidato oficial à Presidência da República. Os líderes estão sendo obrigados a negociar individualmente com senadores de pouca expressão, que ameaçam aderir por questões regionais, como a bancada de Rondônia, por exemplo.

“Há seis anos eu não pisava no Alvorada”, comentou Costa Neto, que é um dos maiores críticos do governo e das privatizações.

Quando morreu, em 1994, o ministro Sergio Motta o processava por calúnia e difamação. “Vou levar a proposta ao partido, mas já avisei que minha assinatura não tiro”, acrescentou.

O requerimento alcançou ontem 25 assinaturas no Senado — duas a menos que o mínimo necessário — com a adesão dos senadores José Alencar (PMDB-MG), Waldeck Ornéllas (PFL-BA) e Paulo Souto (PFL-BA). A bancada do PMDB reúne-se hoje, num último esforço para evitar a adesão dos senadores Amir Lando (RO), Casildo Maldaner (SC) e Ramez Tebet (MS). Seis senadores do partido, incluindo o presidente do Senado, Jader Barbalho (PA), assinaram o requerimento.

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL) espera fechar questão contra a CPI e evitar novas adesões. “Não vai passar das 25 conhecidas”, disse ontem à noite. Impedir que Amir Lando assine

Placar de assinaturas

Até ontem, o requerimento de CPI teve adesão de 25 senadores

Oposição

- José Eduardo Dutra (PT-SE)
- Eduardo Suplicy (PT-SP)
- Geraldo Cândido (PT-RJ)
- Lauro Campos (PT-DF)
- Marina Silva (PT-AC)
- Tião Viana (PT-AC)
- Heloísa Helena (PT-AL)
- Roberto Freire (PPS-PE)
- Carlos Wilson (PPS-PE)
- Paulo Hartung (PPS-PE)
- Roberto Saturnino (PSB-RJ)
- Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
- Ademir Andrade (PSB-PA)
- Sebastião Rocha (PDT-AP)
- Jefferson Péres (PDT-AM)
- Emília Fernandes (sem partido-RS)

Base governista

- Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
- Waldeck Ornéllas (PFL-BA)
- Jader Barbalho (PMDB-PA)
- Pedro Simon (PMDB-RS)
- Roberto Requião (PMDB-PR)
- Maguito Vilela (PMDB-GO)
- José Fogaça (PMDB-RS)
- José Alencar (PMDB-MG)
- Paulo Souto (PFL-BA)

Em definição

- Moreira Mendes (PFL-RO)
- Osmar Dias (PSDB-PR)
- Amir Lando (PMDB-RO)
- Ramez Tebet (PMDB-MS)

passou a ser fundamental para impedir a adesão de seus adversários políticos em Rondônia, os senadores Moreira Mendes (PFL) e Fernando Matusalém (PPB).

Eles atraíram a atenção do governo ontem, avisam que iam assinar o requerimento porque a imprensa do Estado ligada a Lando divulga que este vai aderir en-

quanto Mendes e Matusalém seriam contrários à apuração de denúncias. O governador José Bianco (PPB) liberou a bancada de deputados para aderir à CPI.

Com o risco real de a CPI alcançar número regimental pelo menos no Senado, o governo começou a trabalhar alternativas para essa possibilidade. Ontem mesmo foi instalada uma CPI para investigar a atuação de ONGs na Amazônia e criadas as CPIs da Biopirataria e do Sistema Previdenciário. O funcionamento simultâneos destas e de outras duas já instaladas no Senado poderia inviabilizar a da Corrupção. Jader Barbalho avalia que politicamente isso não será possível. “Se chegar ao número, será difícil não instalar”, disse, insistindo em que sua adesão à CPI foi pessoal e não partidário.

O Plano B da CPI está sendo acertado entre os líderes de PMDB, PSDB e PFL. Se for inevitá-

vel sua instalação, a alternativa é garantir o controle político para os aliados do governo. Uma CPI apenas do Senado teria presidente e relator indicados pelo PMDB e PFL. No caso de CPI mista, as indicações seriam do PMDB e do PSDB, que tem a maior bancada da Câmara dos Deputados.

Com maioria na comissão, os partidos poderão definir o calendário e o roteiro de investigação das 19 denúncias. Podem, por exemplo, dar prioridade aos temas que envolvem familiares do senador Antonio Carlos e sindicalistas ligados ao PT, que Jader Barbalho inclui na lista antes de assinar o requerimento. Outra possibilidade é conseguir que a Comissão de Constituição e Justiça considere o requerimento antirregimental e inconstitucional, como já sustentou Fernando Henrique. Senadores como Maguito Vilela estão sob forte pressão para retirar o nome da lista.